TCE JULGA REGULAR REPASSE A HOSPITAL EM MONTE MOR PÁG. 05

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE

A SUA CIDADE

Tribuna

03 de Março de 2024 Nº 9.090

Ano 32

◆ SUMARÉ {CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO} ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA

PLEITO MUNICIPAL



O Partido da Renovação Democrática (PRD) anunciou apoio à pré-candidatura de Willian Souza (PT) na disputa para a Prefeitura nas eleições deste ano. A formalização ocorreu nesta semana após reunião entre o vereador, o presidente municipal da sigla, Edirlei Simão, o vereador Alan Leal e o secretário-executivo estadual, Ronaldo Martins. Em novembro, o Partido dos Trabalhadores aprovou por unanimidade o nome de Willian como pré-candidato ao Executivo Municipal. **PÁGINA 03**

CENSO DO IBGE



Dados sobre saneamento básico dos municípios brasileiros do Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comprovam que Nova Odessa continua fazendo parte do seleto grupo de cidades na "elite" nacional do atendimento pelas redes de água e esgoto tratados e coleta domiciliar de lixo doméstico. "Todos esses resultados só são possíveis por causa do trabalho de quase 50 anos da Coden em Nova Odessa", comentou o prefeito Cláudio Schooder, o Leitinho (PSD). PÁGINA 08

ALVO

Governo quer interior para expandir energia solar no Estado

PÁGINA 03

Mulheres ocupam só 7,5% das cadeiras de vereador na região

Baixa representação feminina nos legislativos das cidades da região é recorte nacional página 07

SÃO PAULO-CAMPINAS



A implementação do Trem Intercidades, o TIC Eixo Norte, vai possibilitar o transporte de quase 550 mil pessoas por dia no primeiro ano de operação completa do empreendimento. Isso porque, além do trem expresso que ligará a capital paulista a Campinas, com uma parada em Jundiaí, o projeto prevê o Trem Intermetropolitano, o TIM, entre Jundiaí e Campinas, que vai passar pelas cidades de Louveira, Vinhedo e Valinhos.

PARCERIA



Estudantes do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Hortolândia participarão, neste ano, da "la Olimpíada Literária - Amigos da Leitura", que será promovida pela Elo Editora, em parceria com a Prefeitura. A realização do projeto piloto, com a participação do município, foi anunciada nesta semana, na sede da editora, no bairro do Brooklin, na capital paulista. O evento contou com a presença do prefeito José Nazareno Zezé Gomes.

PÁGINA 04

NOVO PRAZO



A Prefeitura de Hortolândia continua com inscrições abertas para o cadastro habitacional, destinado aos futuros empreendimentos populares que serão construídos no município. O cadastro pode ser efetuado no site Fácil Hortolândia. O prazo para o cadastro se encerra em 30 de junho de 2024, e os interessados receberão notificações via SMS e e-mail.



Com o Padre Exorcista de Sumaré, Padre José Cardoso

Quinta-Feira **9h - 15h e 19h30**

Domingo 7h e 9h30

Paróquia Bom Jesus

Av. Eugênia Biancalana Duarte N°255 - Sumaré/SP (Ao lado do Viaduto e da Linha do Trem)

Pedido de oração (19) 99802-0255



Tribuna Liberal



DOMINGO 03 DE MARÇO DE 2024

EXPEDIENTE

Diretor Executivo: Ney Soares Edição: Paulo Medina Design Gráfico e Arte: Fábio Leite Departamento Jurídico: Paulo Roberto **Pires de Lima** (OAB/SP 114.102)

Publicado pela empresa jornalística KLM Jornais e Revistas Ltda - CNPJ 08.767.796/0001-14 Em São Paulo (Sucursal): Fone (11) 4133-0154 Veccon Prime Center: Estrada Municipal Teodor Condiev, $970\text{-}Salas\,1403\,e\,1404\text{-}Jardim\,Res.\,Veccon\text{-}Sumar\'e/SP$

Cep 13.171-105 - Fones (19) 3903-5020 | 3367-9220

(FUNDADO EM 08 DE JUNHO DE 1991)

Clima Região



Sol com algumas nuvens. Não chove.

TEMPERATURA

Mínima 19° • Máxima 34°

Loterias



MEGA-SENA

Concurso 2694 5º feira, 29 de Fevereiro de 2024







Concurso 3041 5º feira, 29 de Fevereiro de 2024















QUINA

Concurso 6378 5º feira, 29 de Fevereiro de 2024









40 56 60

Concurso 2590 4ª feira, 28 de Fevereiro de 2024

LOTOMANIA























DUPLA SENA

Concurso 2635 4ª feira, 28 de Fevereiro de 2024

1º SORTEIO 05 14 30 31 35 33













SUMARE	
BRK Ambiental	0800 771-0001
Bombeiros	
Delegacia de Polícia	3873-1518
UPA Macarenko	3903-1455
Prefeitura Municipal	3399-5100
Seminário	3399-5700
Câmara Municipal	3883-8810
Fórum	
Delegacia da Mulher	3873-3493
Ciretran	3883-7100
Guarda Municipal	3873-2656
Polícia Militar	.190 / 3873-1918
Conselho Tutelar	
Procon	3873-1071
Hospital Regional	3828-4727
Rodoviária	3873-2026
Cartório de Registro C	
Iluminação Pública	156

HORTOLANI	DIA
Sabesp	
Bombeiros	
Delegacia de Polícia.	3865-2517
Prefeitura Municipal	3965-1400
Câmara Municipal	
Ciretran	3897-6022
Guarda Municipal	
Polícia Militar	.190 / 3897-6033
1º Distrito Policial	3887-1701
2º Distrito Policial	
Conselho Tutelar	
Procon	
Defesa Civil	3897-9852
Maternidade	3809-5100
Emergência	
Zoonozes (CCZ)	3897-5974



Avanços recentes da IA: impactos trabalhistas, sociais e regulatórios

José Paulo Zeetano Chahad é professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP/Jornal da USP

Tuffy Licciardi Issa é aluno do curso de Ciências Econômicas da FEA-USP

urante séculos a humanidade imaginou a possibilidade de haver alguma espécie de "Inteligência Artificial" (IA), muito antes de Alan Turing fazer, em 1950, a pergunta crucial "as máquinas podem pensar? ", que impulsionou o interesse sobre este fenômeno. Os antigos filósofos gregos já trabalhavam com o conceito de "inteligência não humana". Mais tarde, o conceito de robôs aparece no Renascimento, especialmente com as proposições e experimentos de Leonardo da Vinci.

O marco histórico que originou o desenvolvimento da IA foi a elaboração do primeiro algoritmo, por Ada Lovelace, em 1843, consolidando--se com as contribuições de Alan Turing para a computação, criando, de fato, uma área de pesquisa referente ao "pensamento das máquinas". Desde então inúmeros processos de automatização foram surgindo em direção à consolidação da IA como hoje a conhecemos. As mais recentes ondas ocorreram na década de 2010, com o avanço da Machine Learning (ML), um ramo da estatística computacional usada para fazer previsões a partir de dados não estruturados, e no início da década de 2020 com o surgimento do ChatGPT, um sistema natural que pode ser usado para responder questões, verter linguagens e produzir textos quando solicitado. Estas tecnologias nada mais são que uma continuação direta do processo histórico de automação de tarefas iniciado na Primeira Revolução Industrial.

Mas, diferentemente de outros processos tecnológicos, sua rapidez de penetração é muito mais ampla, disseminando-se em praticamente todas as ocupações, áreas de conhecimento e setores de atividades econômicas, bem como em outros aspectos da sociedade como um todo. Ainda que o temor principal tenha recaído sobre a possibilidade de um desemprego em massa, as implicações da IA não se restringem a este único impacto, indo mais além, promovendo mudanças culturais, médicas, jurídicas, sociais, nas comunicações, no ambiente empresarial, na organização do trabalho, levando à necessidade de novos requisitos de educação e treinamento para o novo perfil requerido dos trabalhadores, entre outras implicações.

A IA tem a capacidade de realizar tarefas rotineiras e não rotineiras, de modo que ela traz a possibilidade de substituir trabalhos realizados exclusivamente por profissionais de alta qualificação, sendo este o aspecto que diferencia estas tecnologias dos outros processos de automação observados na história, os quais recaíam sobre tarefas manuais. Neste sentido, as ocupações que exigem um maior grau de escolaridade são justamente as mais expostas a esta tecnologia.

Referente aos ganhos de produtividade através da IA, na ótica conceitual parece ser claro o impacto positivo desta tecnologia. Os resultados recentes da literatura, entretanto, não indicam que este ganho não tem se concretizado no estágio atual. O que parece estar ocorrendo é um atraso entre a implementação da IA e o ganho efetivo na produtividade.

Destaca-se, também, que novas habilidades serão exigidas dos trabalhadores na dinâmica do mercado de trabalho, de modo que, para mais da metade dos participantes atuais desse mercado, será exigido algum tipo de novo treinamento nos próximos anos. As novas habilidades necessárias no mercado de trabalho podem ser divididas em dois grupos. Aquelas necessárias para o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de IA, e as necessárias para o uso, adoção e interação da tecnologia como ferramenta de trabalho.

Outra constatação frequente na literatura é que a implementação da IA no mercado de trabalho potencializa o fenômeno de polarização das ocupações, isto é, a maior parte dos trabalhadores deslocados por esta nova técnica produtiva se fixará no centro da distribuição salarial, de modo a dividir os empregos em dois grupos os de alta e os de baixa qualificação. Neste sentido, a implementação desenfreada da IA aumentará a já crescente desigualdade social via polarização salarial.

Um aspecto marcante é que a IA pode contribuir positivamente para a inclusão social no mercado de trabalho. Mecanismos de correspondência de empregos geridos por estes sistemas elevaram o número de contratações de indivíduos pertencentes a grupos sociais marginalizados. Outro caminho de inclusão se deve à possibilidade de disseminação de instrumentos auxiliares voltados para pessoas com deficiências auditivas, visuais e de fala, facilitando a realização de trabalhos em equipe, através da superação de desafios para comunicações interpessoais. Os migrantes poderão, também, se beneficiar na medida em que a IA pode gerar instrumentos que minimizem a barreira do idioma.

Muitos desafios, entretanto, ainda cercam a implementação da IA. O mais notável está na potencial perpetuação de vieses e preconceitos através destes sistemas, pois, se tratando de uma criação humana, esta tecnologia não se encontra livre de vieses. O funcionamento opaco destas máquinas dificulta o entendimento do processo de decisão tomado por elas, o que torna complexa a identificação destes preconceitos potenciais.

Com relação ao controle da IA para evitar avanços indesejados, há um consenso que existem três frentes para combater os efeitos adversos trazidos pela IA: a atuação do Estado através da adoção de políticas públicas; o fortalecimento da atuação das organizações sindicais através dos acordos coletivos, e da sociedade por meio de um amplo diálogo envolvendo os principais atores sociais afetados pelo avanço desta tecnologia.

Outra forma de controle que aparece ainda embrionária é a tributação das máquinas. Esta regulação pode ser direcionada para o financiamento de treinamentos e reinserções dos trabalhadores afetados, diminuindo o efeito social negativo. Por outro lado, entretanto, a tributação pode reduzir substancialmente a produtividade e o desenvolvimento de novas tecnologias, pois as empresas tenderão a reduzir os processos de automação.

Integração de tecnologias brasileiras promete acelerar o combate à dengue

Roberto Rachadel da Silva

Gerente de Projetos da Dígitro

egundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde na última quinta-feira (22), o Brasil ultrapassa os 740 mil casos de dengue, com mais de 150 mortes. Minas Gerais lidera o ranking com o maior número de casos prováveis, tendo 258.194 diagnósticos, seguido por São Paulo, com 124.597 casos. Santa Catarina decretou epidemia no Estado, com mais de 17 mil casos prováveis, sendo a região norte a mais afetada. Prefeituras de todo o país mobilizam-se na fiscalização e eliminação do mosquito Aedes Aegypt, mas alertam a população quanto a necessidade de conscientização e denúncias de possíveis focos. Nesse sentido, surgem soluções tecnológicas que podem ser utilizadas a favor da saúde pública. Buscando facilitar e agilizar o trabalho das equipes de campo, a catarinense Dígitro Tecnologia desenvolveu um sistema avançado de gestão e operação de serviços que promete potencializar as ações das prefeituras no combate à dengue.

O sistema reúne dois produtos da empresa, que é uma das pioneiras no desenvolvimento de soluções tecnológicas para comunicação, segurança e defesa: o Interact, que permite integrar rapidamente os canais de comunicação das prefeituras com a população para recebimento de denúncias (Whatsapp, Messenger, Instagram, telefonia); e o Aprepara, que encaminha as informações às equipes de campo que podem realizar um trabalho mais assertivo de mapeamento dos focos de mosquito.

Uma denúncia de um possível foco da dengue feito por um morador, por exemplo, é automaticamente interligada ao sistema de gestão e, por sua vez, enviada quase que instantaneamente às equipes da vigilância epidemiológica. Isso facilita o recebimento de denúncias, solicitações e informações importantes relacionadas à dengue, garantindo uma resposta rápida e eficaz por parte das autoridades competentes.

De acordo Roberto Rachadel da Silva, Gerente de Projetos da Dígitro, as prefeituras podem não apenas otimizar a operação das equipes em campo, mas também antecipar-se aos surtos de dengue, implementando medidas preventivas com base nas análises e dados coletados pelo sistema. Isso porque, através da solução, os gestores também podem visualizar o mapeamento dos possíveis focos, a localização exata das equipes, o andamento das tarefas e os recursos necessários em tempo real.

"Temos tecnologias disponíveis dentro do nosso país que podem ser aplicadas em prol do combate à epidemia da dengue. Trata-se de uma luta coletiva e cabe ao poder público ficar atento às soluções disponibilizadas por empresas como a Dígitro que colocam a sua expertise em benefício da sociedade" conclui Rachadel.



03 DE MARÇO DE 2024





TCE aprova repasse de R\$ 12 milhões de Thiago Assis a hospital

LEIA MAIS NA PÁGINA **05**

PRD anuncia apoio a Willian Souza na disputa pela Prefeitura de Sumaré

Partido de Alan Leal oficializou apoio para pré-candidatura do líder de governo na corrida pelo Executivo Municipal deste ano

Da Redação • SUMARÉ tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Partido da Renovação Democrática (PRD) anunciou apoio à pré-candidatura de Willian Souza (PT) na disputa para a Prefeitura nas eleições deste ano. A formalização ocorreu nesta semana após reunião entre o vereador, o presidente municipal da sigla, Edirlei Simão, o vereador Alan Leal e o secretário--executivo estadual, Ronaldo Martins.

Em novembro, o Partido dos Trabalhadores aprovou por unanimidade o nome de Willian como pré-candidato ao Executivo Municipal. Líder do prefeito Luiz Dalben na Câmara, o vereador exerce o segundo mandato, foi eleito como o mais votado nas eleições de 2020 e ocupou a presidência do Legislativo por dois biênios, entre 2019 e 2022.

"Estamos convictos de que Willian representa o melhor projeto para o futuro de Sumaré e queremos fazer parte desse ciclo de renovação. Compartilhamos muitas coisas e estamos empolgados em participar de uma coalizão que tenha nossa cidade como a principal ponto de união", disse Simão.

De acordo com o vereador Alan Leal, Willian "reúne todas as condições para liderar esse processo eleitoral e vem mostrando grande maturidade política nos anos de atuação na Câmara". "Conheço o vereador Willian há mais de duas décadas e sei do seu perfil conciliador, de alguém que tem a capacidade rara de buscar o consenso em meio à divergências de ideias. Tive o privilégio de tê-lo como presidente da Câmara e poder firmar essa parceria é motivo de muita alegria para o nosso partido", afirmou Leal.



Apoio ocorreu após reunião entre Willian, presidente municipal da sigla e vereador Alan Leal

Para Willian, o apoio do PRD é "um importante avanço na construção de uma pré-candidatura que reúna diferentes correntes políticas em torno de um projeto único para Sumaré". "Ninguém ganha, e muito menos governa so-

zinho. Nossa missão é somar forças e esforços para montar uma frente que seja ampla, democrática, representativa e que tenha no compromisso com Sumaré sua maior bandeira. O PT agradece o apoio do PRD e eu, particularmente, es-

tou muito agradecido por mais esse voto de confiança", disse o pré-candidato.

No início do mês passado, o União Brasil também formalizou apoio a Willian Souza. O partido conta com os vereadores Lucas Agostinho e Rodrigão Digão e é

base do prefeito Luiz Dalben na Câmara. "Para nós é uma honra ter a confirmação do apoio do União Brasil para a nossa pré-candidatura. A oficialização consolida a seriedade com que tratamos o futuro da cidade", disse Willian na ocasião.

PROGRESSO

Governo do Estado quer expandir energia solar no interior

Da Redação ● REGIÃO

São Paulo é líder na geração de energia solar, com 39 GW de potência instalada. O valor é quase 18% de toda energia solar que o Brasil gera, atualmente em 225 GW. Um dos exemplos de geração de energia limpa em funcionamento no estado é

a usina solar fotovoltaica Roseira, no interior.

A usina aproveita a área da mineração para gerar energia limpa e é pioneira na América Latina. Em uma lagoa, foram instalados painéis fotovoltaicos capazes de gerar 1MW. Essa quantidade é suficiente para suprir a demanda de 1,5 mil casas.

energia, com 3,5 GW. A geração distribuída é quando os consumidores produzem a própria energia com painéis solares, turbinas eólicas e outros meios, e se geram mais do que consomem, o excesso vai para a rede elétrica.

Diante de um cenário promissor para a energia

São Paulo também lide- solar, a Secretaria do Meio lar tem um estímulo pelo e Logística está empenhada em ampliar o uso dessa fonte, especialmente nos municípios do interior.

O objetivo é sensibilizar gestores municipais e parlamentares sobre o impacto positivo da energia solar e oferecer suporte para o desenvolvimento de projetos sustentáveis. "A energia sopotencialidade muito grande, tem interesse de investidores, estados e municípios, então por que não juntar as pontas? Deixando os projetos mais desenvolvidos para quando chegar a emenda, dar mais concretude, como explica a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natalia Resende.

A secretária participou flutuante no município de ra a geração distribuída de Ambiente, Infraestrutura estado muito forte, tem uma do Encontro SP Solar, realizado nesta semana, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Na ocasião, foram apresentadas diversas modalidades de projetos e etapas necessárias para a execução, visando orientar os participantes sobre como iniciar e viabilizar iniciativas nesse sentido.



Da porteira para fora (354) Celulares!

O tema VENDAS é uma arte, vejamos os celulares (ou mobiles), pode-se calcular 01 aparelho por habitante em idade acima de 12 anos e menor do que 100 anos. A princípio o limite de vendas, dentro dessa faixa etária, estaria imposto pelos possíveis usuários capacitados ou incapacitados financeiramente. No planeta as operadoras devem estar se aproximando dos 5 bilhões de usuários.

Tendo atingido o limite, comenta-se a boca pequena no Brasil:- Os assaltos estão pela hora da morte, em alta vultosa, assim, as pessoas devem ter um celular em casa para controlar as contas bancárias e outro para caminhar nas ruas.

Aí, um vizinho me comentou:- O celular que carrego comigo tem uma conta bancária com 300 reais e eu não utilizo essa conta, deixo para utilizá-la em caso de assalto. Pois é, o bandido irá ficar muito chateado se lhe informarmos que não possuímos uma conta bancária, não é crível. O meu vizinho está correto.

Assim, os fabricantes de aparelhos agradecem aos marginais, já que o mercado simplesmente expandirá para pelo menos +50% no Brasil, que tal?

Bem, mas os países desenvolvidos não podem se fiar em bandidos. O que eles estão fazendo?

Esse mercado como muitos outros, senão todos, devem ser guiar por 03 estratégias mercadológicas;

A. PREÇO X BENEFÍCIO JUSTO.

Essa é a pior alternativa nos tempos atuais. Motivo: O que é benefício para um consumidor não será para outro e o fabricante se encontrará numa zona de desconforto sobre como idealizar o seu produto. Esse é um ajuste fino, difícil de atender plenamente as exigências de um consumidor errante.

B. PREÇO BAIXO.

Essa é uma alternativa matadora, de saída sabemos que o fabricante se posiciona nesse quadrante, o consumidor vai até ele e adquire um celular barato, ele deseja preço baixo. Ponto. Alguns podem argumentar, mas e a qualidade? Suponha que um consumidor tenha R\$ 300,00 (trezentos reais para gastar), e um fabricante oferece o celular por R\$ 60,00 (sessenta reais), pois é, com 300 reais ele pode comprar 5 aparelhos, quebrou - trocou. Ele poderá se dar ao luxo de ter um de cada cor etc.

C. PREÇO ALTO.

Essa também é uma estratégia matadora. O consumidor emprega R\$ 10.000,00 (dez mil reais) num celular e quer o melhor, sem chorumelas.

Mas, o mercado impõe um limite para as alternativas a, b e c? Será!

Como os fabricantes irão expandir as redes de dados sem infringir a pegada do carbono (hoje, as operadoras consomem, 7% da energia gerada no planeta segundo o Greenpeace)? Será que um fabricante que propor uma solução sustentável abocanhará parte do mercado que está na mão da concorrência? E, os 3,4 bilhões de consumidores que não possuem celulares? Além disso aprendemos durante a COVID que mais de duas centenas de milhão de consumidores entraram nesse mercado. Pois é!

Mesmo assim, o sujeito lhe diz, ok, mas o mercado está saturado. E se esse fulano fosse apresentado a um celular da Samsung com imagens em 3D sem a necessidade de óculos especiais? Será que compraria? Será que os celulares atuais seriam sucateados e um novo mercado se abriria?



E, obviamente não irá parar por aqui, temos o 6G, IA, ecossistemas digitais, experiências imersivas etc. "e la nave vá".

ESCOLAS MUNICIPAIS

Hortolândia terá alunos do Ensino Fundamental em Olimpíada Literária

Projeto piloto, que será realizado em parceria entre a Prefeitura e a Editora Elo, visa inspirar boas práticas de leitura em crianças e adolescentes

Da Redação • HORTOLÂNDIA tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Estudantes do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Hortolândia participarão, neste ano, da "la Olimpíada Literária - Amigos da Leitura", que será promovida pela Elo Editora, em parceria com a Prefeitura. A realização do projeto piloto, com a participação do município, foi anunciada nesta semana, na sede da editora, no bairro do Brooklin, na capital paulista. O evento contou com a presença do prefeito José Nazareno Zezé Gomes; dos secretários de Educação, Ciência e Tecnologia, Fernando Moraes (titular) e Renato Muccillo (adjunto); do CEO da editora, Marcos Araújo; e de cerca de 40 profissionais da Educação, entre eles coordenadores pedagógicos do CFPE (Centro de Formação dos Profissionais em Educação) "Paulo Freire", de Emefs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) e Emeiefs (Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental).

Na ocasião, os presentes puderam ouvir palestra ministrada pela escritora paulistana de literatura fantástica, infantil e juvenil, Rosana Rios, que tem obras no catálogo da editora. Com mais de 35 anos de trabalho e mais de 185 obras publicadas, Rosana partilhou sua experiência como escritora de literatura infantil.

"Fiz questão de estar presente aqui por acreditar no poder transformador da educação. Espero que esta parceria contribua com a prática cotidiana das nossas escolas", afirmou Zezé Gomes.

"Estamos felizes e muito honrados com esse novo projeto para inspirar boas práticas de leitura. Nosso objetivo é melhorar sempre a qualidade de ensino na nossa rede", afirmou Fernando Moraes. Segundo o secretário, "Hortolândia foi escolhida pela editora por seu papel e iniciativas de educação literária, incluindo as ações de incentivo à leitura e o projeto Ler & Reler, realizado no município com obras da editora".



Evento aconteceu em São Paulo e contou com a presença do prefeito Zezé Gomes, secretários e profissionais da Educação

"Vamos escrever uma nova história juntos. Ter parceiros como Hortolândia, com uma educação reconhecida, é um privilégio para nós. Eu visito em média mais de 50 municípios por ano para falar sobre projetos de incentivo à leitura. O que mais ouço nas outras redes é eles falarem que vocês são referência na educação do Estado de São Paulo. É uma alegria ouvir isso. Sempre me perguntam quais os métodos que vocês estão aplicando e sempre lembro do trabalho que vocês realizam, as professoras realizam, nas salas

de aula", afirmou Araújo.

De acordo com a Editora Elo, responsável pela competição, 35 equipes de diferentes unidades escolares participarão das atividades, destinadas a estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. As equipes escolherão uma obra literária para representar, por meio de uma performance artística, durante dois dias de apresentações, com um limite máximo de 10 minutos por equipe. Haverá um finalista por ano.

A avaliação será realizada por uma equipe de jurados, composta por dois autores da editora e um representante do município. Os resultados serão anunciados na 3ª edição do "Literalendo", festa de incentivo à leitura, promovida em maio pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Hortolândia.

Ainda segundo a editora, os vencedores receberão medalhas; notebooks divididos para cinco escolas; um final de semana no resort "Vale Suíço" para o professor e sua equipe de apoio, além do reconhecimento com o selo de "Amigos da Leitura ". A premiação inclui também uma visita com imersão na Elo Editora e uma sessão de contação de histórias na escola vencedora.

"Saímos deste evento com o desafio de construir comportamentos leitores significativos e prazerosos aos nossos estudantes. Algo precioso", afirmou José Mário Regis, coordenador pedagógico do CFPE.

"Gostei muito da proposta. Já tive várias ideias e acredito que vai acrescentar muito em nossa proposta pedagógica", comentou a coordenadora pedagógica da Emef Boa Esperança, Profa. Avelina Caldas.



DESLOCAMENTO

Hortolândia tem novas linhas do transporte coletivo municipal

Da Redação • HORTOLÂNDIA tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia trabalha na melhoria do transporte público coletivo em linhas que atendem todas as regiões da cidade. De acordo com a Secretaria de Mobilidade Urbana, para contribuir com o deslocamento da população, duas novas linhas

começam a circular nesta segunda-feira (04). As linhas 3.20A (Orestes Ôngaro / Terminal Metropolitano -Via Chácaras Recreio Alvorada) e 3.20B (Orestes Ôngaro / Terminal Metropolitano - Via Jardim São Felipe) substituirão a linha 3.20 e a linha 3.23.

Agora, a linha 3.20A (Orestes Ôngaro / Terminal Metropolitano - Via Cháca-

ras Recreio Alvorada) voltará em seu trajeto pela Vila São Pedro, passando pelo bairro Terras de Santa Maria e Jardim São Felipe. Já a linha 3.20B (Orestes Ôngaro / Terminal Metropolitano -Via Jardim São Felipe) voltará pela avenida Thereza Ana Cecon Breda passando pelo bairro Chácaras Recreio Alvorada e finalizando percurso no Orestes Ôngaro.



Loja 01- Avenida José Gomes de Oliveira, 180 Jardim dos Ipês - Sumaré • Fone: (19) 98322-7728

Loja 02 - Rua Antônio Gomes Soares, 214 (antiga Rua 03) Jardim Maria Antonia - Sumaré • Fone: (19) 4112-0523

Loja 03 - Rua Daniel Moreira, 333 - Jardim São Francisco Sumaré • Fone: (19) 98732-8034



DENGUE MATA! NÃO DESPREZE ESSA AMEAÇA.

Você sabe onde mora o perigo. Acabe com ele.

#SumareContraaDengue

- Mantenha caixas d'água sempre cobertas.
- Deixe pneus ao abrigo das chuvas.
- Garrafas sempre de cabeça para baixo.
- Coloque areia nos vasos de planta.







DOMINGO 03 DE MARÇO DE 2024

CIDADES



Nova Odessa está na elite dos rankings de Água, Esgoto e Coleta de Lixo

LEIA MAIS NA PÁGINA **08**

TCE aprova repasse de R\$ 12 milhões feito pelo ex-prefeito Thiago Assis a hospital de Monte Mor em 2018

Em decisão recente, tribunal deliberou pela regularidade da prestação de contas entre Prefeitura Municipal e a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus

Paulo Medina • MONTE MOR paulo.medina@tribunaliberal.com.br

A Primeira Câmara do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) emitiu um acórdão favorável, no caso que envolvia a análise da prestação de contas de repasses públicos no valor de R\$12.603.303,12 realizado pela Prefeitura Municipal de Monte Mor à Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus. O repasse, relacionado ao exercício de 2018, teve como responsáveis o então prefeito Thiago Giatti Assis e a então presidente da entidade beneficiária, Edivane Apa-

recida de Almeida Paviotti. O julgamento estava centrado na prestação de con-

tas e repasses públicos destinados ao terceiro setor, especificamente para despesas de manutenção predial da Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus. O tribunal, por meio do relator Marco Aurélio Bertaiolli, e do presidente Antonio Roque Citadini, além do conselheiro substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, deliberou pela regularidade da prestação de contas.

O acórdão destacou a ausência de críticas direcionadas à execução do objeto, ressaltando o adequado desenvolvimento dos serviços de saúde. Possíveis falhas identificadas foram remetidas ao campo das recomendações, sem comprometer a



regularidade do processo.

A decisão, que incluiu a quitação dos responsáveis pelo repasse e não impôs embargos, foi fundamentada no artigo 2º, inciso XVII, da Lei Complementar nº 709/93. A decisão ressalta que, uma vez

certificado o trânsito em julgado e cumpridas as providências necessárias, os autos serão arquivados, inclusive os expedientes eventualmente relacionados ao processo.

A decisão marca um desfecho positivo para as partes envolvidas, devido à transparência na aplicação dos recursos públicos no âmbito do terceiro setor em Monte Mor.

O advogado responsável pela defesa dos envolvidos foi José Américo Lombardi, acompanhado por Rosely de Jesus Lemos, Milena Aparecida Tadiotto Martimiano Nunes, Aline Grazielle Fleitas Cano, Poliane Aparecida Lima Mendonça, Lauana Sarsur David Santiago de Melo Rodrigues, Cássio Telles Ferreira Netto, entre outros.

LEGISLATIVO

Monte Mor tem novas regulamentações da Lei de Licitações e Contratos

Da Redação • MONTE MOR tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Visando promover a adequação da Câmara à Lei Federal 14133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos, o Plenário aprovou, por unanimidade, cinco Projetos de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora. As proposituras foram aprecia-

O PR 8/2023 traz as "reatuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e do gestor e fiscais de contratos"; o 9, "procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas"; e o 10, o "procedimento admi-

tratação de serviços".

Por fim, o Projeto de Resolução 11 promove a regulamentação geral da aplicação, na Casa, da Lei 14133, e o 12/2023 "dispõe sobre as contratações diretas", instituindo o "Sistema de Dispensa Eletrônica". Na sema-

das em bloco nesta semana. nistrativo para realização na passada, outra regulade pesquisa de preços para mentação da norma havia gras e diretrizes para a aquisição de bens e consido aprovada, dando origem à Resolução 2/2024, que trata dos "procedimentos auxiliares" previstos na norma federal.

> Na justificativa do PR 11, que trata da regulamentação geral, a Mesa Diretora destaca que estados, municípios e o Distrito Federal "são

obrigados a licitar e possuem ato que consiste no acomautonomia política e administrativa". "Referidas regulamentações têm um papel fundamental para que haja a aplicação da nova legislação em âmbito local", diz o texto.

Dentre os critérios, consta o de fiscalização dos contratos firmados pela Casa,

sua própria competência pa- panhamento do mesmo, ra legislar, decorrente de sua "com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital", para pagamento.



Educação de Impacto

Sandy Vaughan Vieira

Casada há 22 anos, mãe de 3 filhas, apaixonada por empreender, atua há 20 anos no ramo educacional.

Mantenedora de 3 escolas na cidade de Sumaré, entre elas a escola bilíngue WHALE Bilingual School. Presidente do Instituto Educacional Way4you desenvolve projetos sociais para liderança feminina cristã regional.

Pedagoga, licenciada em Matemática, Analista Comportamental e Especialista em Neurociência aplicada à Educação Financeira, também possui certificação internacional em Programação Neurolinguística e Coaching.

Conversas abertas sobre sexualidade e intimidade: Construindo uma conexão saudável com seus filhos

Estimado leitor, hoje trago um assunto de extrema importância: a necessidade de conduzir diálogos abertos e honestos sobre sexualidade e intimidade com nossos filhos. Como especialista comportamental e educacional, entendo a importância de fornecer informações precisas, esclarecer suas dúvidas e ajudar as crianças a desenvolverem uma visão saudável e equilibrada sobre o assunto. Permita-me compartilhar algumas ideias com você sobre como abordar esse tema de forma natural e construtiva.

1. Estabeleça uma base sólida:

Desde a tenra infância, a criança deve sentir-se à vontade para fazer perguntas sobre seus corpos e o mundo ao seu redor.

Responda a essas perguntas com honestidade e, crucialmente, com respeito pela sua idade e nível de desenvolvimento. Amar e acolher seu filho inclui ser o guia para entender sua sexualidade e intimidade.

2. Linguagem acessível:

Adapte a linguagem ao entendimento da criança, garantindo que ela compreenda plenamente o que está sendo explicado. Use exemplos apropriados à idade e evite jargões complexos. Isso ajudará a criar uma base sólida para futuras conversas.

3. Conheça seus valores:

É fundamental que os pais ressaltem a importância do amor, respeito e compromisso em todas as discussões sobre sexualidade e intimidade. Explique que esses princípios são fundamentais para estabelecer relacionamentos saudáveis e duradouros.

4. Ensine os limites:

Converse sobre os limites pessoais e a importância do consentimento. Desenvolver uma compreensão precoce do que é apropriado ou não ajudará as crianças a protegerem-se e a respeitarem os outros em todas as situações.

5. Cuidado com influências externas:

Esteja ciente de que a sociedade moderna pode expor as crianças a mensagens contraditórias sobre sexualidade e intimidade. É primordial filtrar essas influências negativas, enfatizando a importância do casamento na constituição familiar e da fidelidade conjugal.

6. Responda perguntas sem julgamento:

Seu filho pode ter dúvidas e preocupações sobre sua identidade e orientação sexual. Garanta a ele um ambiente de apoio e compreensão, onde possa expressar-se abertamente, entendendo que todos somos únicos e amados por Deus.

7. Compreenda seu próprio desconforto:

Muitos pais enfrentam algum nível de desconforto ao explorar esse tema com seus filhos. Reconheça suas próprias limitações e esteja disposto a buscar informações adicionais quando necessário. Isso demonstrará seu compromisso e desejo de ajudá-los da melhor maneira possível.

8. Aborte o tema naturalmente:

É importante escolher o momento e o local adequados para iniciar essas conversas. Um ambiente descontraído, como um passeio de carro ou um momento de lazer em família, pode abrir espaço para um diálogo mais fluido e menos constrangedor.

9. Ouça ativamente:

Ao abordar a sexualidade e intimidade, dê espaço para que a criança fale e expresse suas opiniões. Isso fortalece o vínculo emocional e estabelece confiança em torno do tema, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas respeitadas.

10. Ação e envolvimento contínuos:

Incentive seu filho a fazer perguntas, buscando mais informações sobre sexualidade e intimidade à medida que crescem. Mantenha um espírito aberto e esteja disponível para discussões pontuais e esclarecimento de dúvidas. Essa abertura constante ajudará a manter uma conexão saudável e confiante ao longo dos anos.

Queridos pais e responsáveis, aproveitem a oportunidade de criar um ambiente de confiança com seus filhos, onde possam ter conversas abertas sobre esse assunto. Lembre-se de que Deus os colocou como guias e educadores nesta jornada, e juntos podemos auxiliar nossos filhos a desenvolver uma visão saudável e equilibrada sobre esse aspecto vital de suas vidas.

TREM INTERCIDADES

Novas rotas vão transportar mais de meio milhão de passageiros por dia

Trem vai aumentar opções de transporte sob trilhos para moradores da região; leilão do novo modal do Governo ocorreu na quinta-feira (29)

Da Redação ● REGIÃO tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A implementação do Trem Intercidades, o TIC Eixo Norte, vai possibilitar o transporte de quase 550 mil pessoas por dia no primeiro ano de operação completa do empreendimento. Isso porque, além do trem expresso que ligará a capital paulista a Campinas, com uma parada em Jundiaí, o projeto prevê o Trem Intermetropolitano, o TIM, entre Jundiaí e Campinas, que vai passar pelas cidades de Louveira, Vinhedo e Valinhos.

O leilão de concessão do projeto de Parceria Público-Privada ocorreu no dia 29 de fevereiro, na sede da Bolsa de Valores de São Paulo. A expectativa do governo é de investimentos de R\$ 13,5 bilhões.

A empresa vencedora do leilão também passa a ser responsável pela Linha 7-Rubi, atualmente sob gestão da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM), ligando a estação Barra Funda a Jundiaí e passando por 17 estações.

A previsão é que, em 2031, os três modelos estejam em operação simultaneamente. Neste cenário, somando a quantidade diária de passageiros, o estudo de demanda prevê o transporte de mais de meio mi-

Municípios contemplados pelos trechos dos modais somam 15 milhões de pessoas

lhão de pessoas.

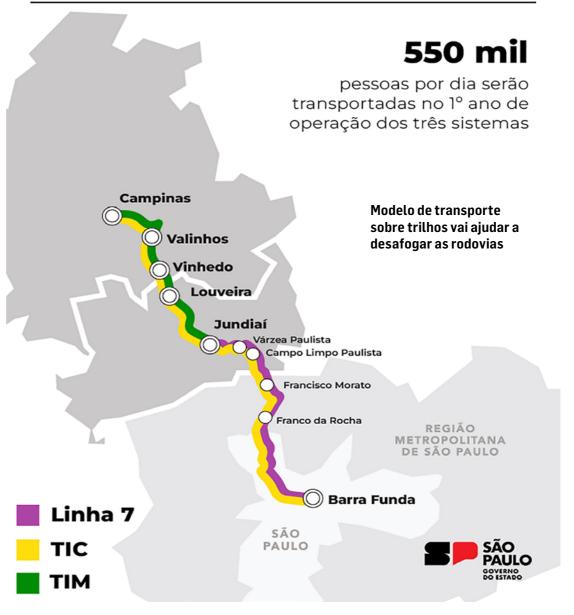
Técnicos ainda projetam que a demanda pelo TIC Eixo Norte aumente ao longo dos anos. Em 2035, devem ser transportados diariamente 564 mil passageiros. Esse número deve chegar a 672 mil em 2050.

Os 11 municípios contemplados pelos trechos dos modais somam uma população de 15 milhões de pessoas, que serão beneficiadas pelas novas alternativas de rota.

Com o Trem Intermetropolitano, também chamado de trem parador, trabalhadores que viajam entre Jundiaí e Campinas diaria-

CONHEÇA OS TRÊS SERVIÇOS DO TIC EIXO NOITE

SP - CAMPINAS



mente, por exemplo, serão beneficiados diretamente.

"Esse projeto vai ser muito bom. Muitos jundiaienses trabalham em Campinas e o trem vai ajudar nesse fluxo. Vai evitar de ter que ficar pegando ônibus ou carro. Para a cidade, será muito importante", opina o corretor de imóveis Ednilson Pereira Rosa.

A iniciativa do Governo de São Paulo, feita por meio de Parceria Público--Privada, além de facilitar a circulação de pessoas na região, vai ajudar na geração de emprego, valorização imobiliária e atração de investimentos.

MENOS CARROS

O modelo também ajuda a desafogar as rodovias, o que reduz acidentes e aumenta a sustentabilidade, considerando que o TIC usará trens elétricos.

Atualmente, o trecho São Paulo-Campinas pode ser realizado por meio de automóveis, fretados ou combinando trem e ônibus. Segundo dados da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), 74 milhões de veículos percorreram o trajeto entre Campinas e a capital paulista em 2023. Foram mais de 90 mil viagens realizadas pela via do fretamento no período.

Presidente da RMC destaca avanços do Trem Intercidades

O presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMC (Região Metropolitana de Campinas) e prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis (MDB), comemorou a realização do leilão de concessão do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC), nesta semana, na sede da Bolsa de Valores de São Paulo. O projeto, que prevê a ligação dos 101 km entre São Paulo e Campinas por trem rápido, é uma antiga reivindicação dos moradores da RMC.

Como presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMC, Gustavo Reis também incluiu nas discussões dos prefeitos a necessidade de aprovação do projeto do TIC com celeridade pelo Governo do Estado e conversou pessoalmente com o governador Tarcísio de Freitas sobre o assunto.

"A realização do leilão de concessão do TIC é uma grande conquista para toda a nossa região. Esse projeto é uma das prioridades da RMC. Era uma discussão que se arrastava havia anos, uma reivindicação dos moradores de todas as cidades da região, que começa a ser atendida pelo Governo do Estado. Parabéns ao governador Tarcísio por estar transformando em realidade o que até então era um sonho da população", disse Reis.

"Estamos corrigindo um erro histórico, quando o Brasil optou por um desenvolvimento baseado no modal rodoviário, em detrimento da malha ferroviária. Isso levou ao abandono gradual da nos-



sa rede ferroviária. Agora, com o governador Tarcísio e apoio do Governo Federal, por meio de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto do TIC irá avançar", completou Reis.

O primeiro leilão do Governo de São Paulo em 2024 atraiu dois grandes grupos em único consórcio formado pela brasileira Comporte Participações S.A. e a chinesa CRRC Hong Kong. Além do Trem Intercidades, que é o serviço expresso ligando a capital à maior metrópole do interior paulista, o empreendimento engloba a implantação do Trem Intermetropolitano (TIM), entre Campinas e Jundiaí, e a concessão da Linha 7-Rubi, atualmente operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

A proposta vencedora apresentou deságio - desconto sobre o valor a ser pago pelo Estado - de 0,01% pela contraprestação dos serviços públicos de R\$ 8,06 bilhões, na data-base 2024. Já o aporte do Governo de São Paulo no empreendimento será mantido no montante inicial previsto de R\$ 8,98 bilhões, conforme valores atualizados.

"É uma honra para todos nós do consórcio C2, composto pela Comporte Participações e CRRC. Não seria possível dar sequência e participarmos sem que estivéssemos com total confiança no trabalho de excelente condução por parte do Governo do Estado de São Paulo. É uma honra poder gerar exemplos para que outros venham contribuir para o crescimento do estado e da nossa nação", disse José Efraim Neves da Silva, diretor institucional da Comporte e coordena-

dor geral do consórcio.

O Trem Intercidades Eixo Norte vai operar em um trecho de 101 km de extensão, melhorando e ampliando a mobilidade entre as regiões metropolitanas de São Paulo, Jundiaí e Campinas.

O serviço expresso vai funcionar entre a estação Palmeiras-Barra Funda, na capital, e um novo terminal ferroviário em Campinas, com uma parada curta em Jundiaí e 64 minutos de viagem. O Trem Intercidades Eixo Norte terá capacidade para transportar até 860 passageiros por viagem e será o mais rápido do Brasil, alcançando até 140 km/h.

Já o Trem Intermetropolitano será um serviço parador com estações em Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas. Com operação prevista de sete novos trens, o percurso será de 44 km e tempo

de deslocamento estima- à estação Palmeiras-Bardo de 33 minutos. O ser- ra Funda, na capital. O Goviço parador terá veloci- verno de São Paulo estima dade média prevista de 80 que a concessão irá atenkm/h, com capacidade para transportar 2.048 passageiros em cada trem.

A nova concessionária também será responsável pela operação da Linha 7-Rubi, que registrou cerca de 99 milhões de passageiros em 2023. Com extensão de 57 km e 17 estações, o ramal liga Jundiaí

der aproximadamente 400 mil pessoas por dia.

Ao todo, o empreendimento do Trem Intercidades Eixo Norte irá beneficiar cerca de 15 milhões de pessoas em 11 municípios e gerar mais de 10,5 mil empregos, entre diretos, indiretos e induzidos.

| Da Redação



DISPUTA DESLEAL

Minoria, mulheres ocupam somente 7,5% dos cargos de vereador na região

Andrea Garcia, Monte Mor

Milziane Menezes, Monte Mor

Sub-representação feminina nos legislativos de Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Monte Mor e Paulínia é uma amostra da realidade do Brasil, mesmo com a criação da lei de cota de gênero, 27 anos atrás

Beth Soares • REGIÃO tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Apesar da lei das cotas eleitorais de gênero, em vigor há 27 anos, apenas seis das 79 cadeiras de vereadores da região (Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Monte Mor e Paulínia) são ocupadas por mulheres, o que corresponde a 7,59% do total de assentos. Há cidades em que a composição do parlamento é 100% masculina, caso de Sumaré e Paulínia. Dados estatísticos do TSE Mulher (Tribunal Superior Eleitoral) mostram que houve queda de 58,82% na sub-representação feminina nas casas legislativas municipais de todo o Brasil entre as duas últimas eleições (2020 e 2016). No entanto, 21 municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher como vereadora desde a virada do século, em 2000. O TSE afirma que intensifica o trabalho para combater fraudes na cota de gênero, um dos empecilhos para o aumento da representação feminina nas Câmaras de todo o País (veja reportagem ao lado).

Em Hortolândia, somente dois dos 19 cargos de vereador são ocupados por mulheres, o que representa 10,52% do total. Márcia Campos, defensora dos animais, e Marciene Ceará, são as duas vereadoras. Em Nova Odessa, Márcia Rebes- lativo de Monte Mor, enten- toda a adversidade que te- ra há 26 anos, desde 2007. turas de um mesmo sexo, mentar entre os nove vereadores (11,11% do total). Monte Mor é o município da região com mais representação feminina na Câmara. Tem três vereadoras na composição do parlamento, composto por 15 cadeiras: Andrea Garcia (PTB), Milziane Menezes (PSDB) e Valdirene Joandisen Silva, a Wal da Farmácia (União). Sumaré e Paulínia não elegeram mulheres.

Valdirene, uma das lideranças femininas no Legis-









Valdirene Silva, Monte Mor

ticipação igualitária de ho-

mens e mulheres na política,

é preciso, antes de tudo, ree-

ducar a sociedade, cultural-

mente "machista e sexista".

gar de mulher, sim...é mui-

to preciso ter mais mulhe-

res envolvidas na política

e visíveis. A mídia tem um

papel fundamental nesse

aspecto. Somos mais com-

prometidas, a gente é dona

de casa, mãe, e consegui-

mos desenvolver um óti-

mo papel na política com

"A política também é lu-

vereadora eleita, em 2020, com 491 votos.

Ela acrescenta que cobrar do TSE a fiscalização e punição de partidos para o real cumprimento da lei de cota de gênero, ajudaria a ter mais mulheres no parlamento. "Além disso, é preciso que o percentual de cotas tenha validade também para a distribuição do fundo partidário", defende a parlamentar.

A cota de gênero está prevista na legislação brasileicoligação deve preencher no mínimo 30% e o máximo 70% para candidaturas de cada sexo nas eleições para vereadores, deputados estaduais e federais.

A regra passou a ser obrigatória em 2009, quando o TSE intensificou a fiscalização e punição a quem desobedece a lei e registra candidaturas fictícias de mulheres, aquelas com o objetivo de preencher enganosamente o percentual mínimo de 30% de candida-

TSE intensifica combate de fraudes à cota de gênero

manterá a postura rígida no combate a fraudes à cota de gênero, adotada desde 2009, quando a Justiça Eleitoral passou a punir partidos envolvidos em casos de candidaturas fictícias de mulheres, as chamadas candidaturas "laranjas". As regras da Justiça Eleitoral que vão orientar as eleições municipais deste ano devem ser divulgadas até a próxima terça-feira (5).

O estímulo à participação feminina por meio da cota de gênero está previsto na legislação brasileira há 26 anos, desde 1997, porém, somente a partir de 2009, a regra se tornou obrigatória.

De acordo com dados da área de jurisprudência do TSE, em relação às eleições municipais de 2020, pelo menos 38 acórdãos do Tribunal resultaram na cassação de eleitos por partidos que, comprovadamente, descumpriram a regra. Entre eles estão os casos de Jacobina (BA), Araruama (RJ), Elias Fausto (SP), Imbé (RS), Maruim (SE), Barra de São Miguel (AL), Serra Azul (SP) e Quixadá (CE).

Segundo a Assessoria de Imprensa do TSE, os

No dia a dia como parla-

mentar, Valdirene diz en-

frentar desafios comuns a

mulheres em cargos eleti-

vos. "São diversos obstá-

culos: desmerecimento do

trabalho ou das falas na tri-

buna, o assédio e violên-

cia no espaço político, falta

de espaço na mídia, sobre-

carga de trabalho domés-

tico, empecilhos partidá-

rios, preconceito...tudo isso

mantém as mulheres longe

da candidatura...", observa.

ja reportagem abaixo).

O TSE sinaliza que principais critérios para identificar fraude na cota de gênero listados pelo Tribunal são: votação zerada ou inexpressiva, ausência de movimentação de recursos na campanha, não prestação ou prestação "zerada" de contas eleitorais, não participação em atos de campanha, inclusive em redes sociais, desinteresse da candidata na corrida eleitoral.

> Denúncias de fraude de gênero devem ser feitas ao Ministério Público Federal, orienta o TSE.

> Para incentivar o protagonismo feminino na política, a Comissão Gestora de Política de Gênero do TSE (TSE Mulheres) criou o projeto #ParticipaMulher.

> A página na internet dessa campanha permanente da Justiça Eleitoral reúne informações sobre a história do voto feminino, as primeiras mulheres a conquistar espaços de relevância no meio político e notícias que abordam a atualidade dessa participação.

> A ideia é inspirar mulheres a ocuparem cargos políticos e mostrar que o aumento de lideranças femininas é bom para toda a sociedade.

| Beth Soares

Dados do TSE mostram chini (PV) é a única parla- de que para alcançar a par- mos nesse meio", afirma a Exige que cada partido ou exigido pela legislação (ve- que no Brasil a população

feminina responde por 52% do eleitorado do País. Mesmo assim, nas eleições entre os anos de 2016 e 2020, foram registradas somente 33% de candidaturas femininas, dos quais 15% eleitas. Em 2020, por exemplo, o

número de câmaras 100% masculinas chegou a 846 municípios do País. No Estado de São Paulo, 101 das 645 cidades não elegeram nenhuma mulher vereadora nas últimas eleições municipais.

Desafio dos partidos é preparar e fortalecer mulheres, afirmam lideranças femininas

Para Leonice Olivei- empreendedoras e, assim, ra, do Setorial de Mulheres do PT Hortolândia, a formação continuada das mulheres é uma ferramenta importante para os partidos políticos incentivarem e fortalecerem a participação feminina na política.

"É preciso que todos entendam que a paridade equilibra o debate. É respeitar que as mulheres têm por direito seus espaços e parar de olhar para a mulher como única responsável nos afazeres domésticos, na educação dos filhos, nas reuniões de escola, no levar os filhos na escola...", afirma Leonice.

Ela também propõe que os partidos devem criar espaços alternativos para receber as mães solo,

criar espaços de convivência para amenizar as dificuldades enfrentadas pela maioria das mulheres que querem participar da política.

"Infelizmente, hoje o espaço político é visto como lugar para homens, este cenário já vem mudando com a conscientização de que as mulheres são parte necessária porque conseguem falar e entender as demandas de outras mulheres. O desafio é fortalecer e preparar mais mulheres para a participação nos espaços de poder, de forma que não se cumpra cotas, mas se cumpra direitos sociais e políticos. Porque o lugar da mulher é onde ela quiser", afirma representante do Setorial de Mulheres do PT criado com essa finalidade.

A advogada Ieda Manzano, presidente do diretório do Partido Republicanos em Hortolândia, assinala que o enfrentamento das mulheres à discriminação e desigualdade, vai além da política.

DESAFIO DIÁRIO

"O desafio de ser mulher é diário em quase todas as esferas, na política esse desafio só aumenta. Nós, mulheres, temos que ser e mostrar que somos melhores que os homens, não basta ser igual para ser inserida em um espaço ainda muito machista e preconceituoso", observa Ieda, também secretária de Administração da Prefeitura de Hortolândia.

Para ela, os partidos devem investir na capacitação específica para mulheres, financiamento e estrutura para a eleição para que a disputa possa ocorrer em pé de igualdade com os homens.

Nesse sentido, Ieda tem aproveitado sua posição de liderança na direção local do partido para criar ações que fortaleçam e incentivem as mulheres à participação política e prepare-as para as eleições deste ano.

Ela cita como exemplo, um encontro com pré-candidatas ao cargo de vereadora, em preparação pelo partido. "Vamos trocar experiências e ajudá-las a planejar a campanha, com apoio técnico", destaca a presidente local do Republicanos. | Beth Soares

Cenário já foi pior, aponta estatística da Justiça Eleitoral

Apesar da representatividade feminina ainda ser muito baixa, tanto câmaras municipais como nas estaduais e federais, dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostram que o cenário já foi pior. Levantamento do Tribunal aponta que a sub-representação feminina nos municípios caiu mais da metade após a cota de gênero, determinada em 1997, 27 anos atrás.

O número de cidades que nunca elegeram mulheres vereadoras diminuiu em 58,82% nas duas últimas eleições (2016 e 2020), informam as estatísticas do TSE. Nas eleições municipais mais recentes, em 2020, 30 municípios brasileiros elegeram a primeira mulher vereadora em 20 anos.

No entanto, segundo a Justiça Eleitoral, 21 municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher como vereadora desde a virada do século, em 2000.

De 2000 a 2016, o número de cidades que não elegeram vereadoras era ainda maior, um total de 51 municípios.

Em 2020, por exemplo, o número de câmaras 100% masculinas chegou a 846 municípios do País. Contudo, essa soma fica bem abaixo dos 2.072 municípios sem vereança feminina em 2008.

Segundo a Justiça Eleitoral, é possível afirmar que, em 20 anos, entre as eleições municipais de 2000 e 2020, mais do que dobrou o número de candidatas aos pleitos para o cargo de vereador, passando de 70,4 mil [em 2000] para 180 mil mulheres [em 2020] em todo o país. | Beth Soares **CODEN**

Nova Odessa está na elite dos rankings de Água, Esgoto e Coleta de Lixo da RMC

Censo do IBGE 2022 coloca cidade entre destaques na gestão de saneamento básico na região; 'resultados são possíveis devido ao trabalho de quase 50 anos da Coden'

Da Redação • NOVA ODESSA tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Divulgados recentemente, os dados sobre saneamento básico dos municípios brasileiros do Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comprovam que Nova Odessa continua fazendo parte do seleto grupo de cidades na "elite" nacional do atendimento pelas redes de água e esgoto tratados e coleta domiciliar de lixo doméstico.

A cidade conhecida oficialmente como "Paraíso do Verde" aparece em 5º lugar dentre os 20 municípios da RMC (Região Metropolitana de Campinas) no quesito "Ligação à Rede de Água Tratada", com 98,09% de atendimento (percentual que subiu desde então).

Já quanto às "Ligações à Rede de Esgoto", nada menos que 97,96% dos imóveis de Nova Odessa são atendidos (número que também deve aumentar nos próximos meses). Neste item, Nova Odessa é a 3ª melhor cidade da RMC.

Por fim, 96,54% dos imóveis são atendidos pelo Serviço de Coleta de Lixo Domiciliar em Nova Odessa, o que coloca a cidade em 2º lugar no ranking da RMC neste quesito, demonstra o IBGE. As informações são da divulgação "Censo 2022: Características dos domicílios – Resultados do universo".

"Todos esses resultados só são possíveis por causa do trabalho de quase 50 anos da Coden Ambiental em Nova Odessa. A empresa municipal sempre teve dirigentes comprometidos com o desenvolvimento e com o meio ambiente da nossa cidade, e uma equipe muito eficiente e dedicada, a quem só temos que agradecer por esses resultados no Censo", comentou o prefeito Cláudio Schooder, o Leitinho (PSD).

De forma geral, a maioria das cidades da RMC tem percentuais que podem ser considerados positivos nos três rankings. Segundo o IBGE, 82,89% das moradias ocupadas são abastecidas pela rede de água encanada no Brasil. Apenas 62,5% da população do Brasil como um todo morava em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto, e 90,9% da população contava com Coleta de Lixo domiciliar em 2022.



Com Pós-Anhanguera, abastecimento de água já é 'universal'

Desde junho do ano passado (logo após a conclusão do Censo 2022), 100% da população de Nova Odessa (estimada em 62 mil habitantes) passou a ser atendida pela Coden Ambiental com água tratada – e considerada uma das melhores da região. Até então, esse percentual era

de 98,09%, mas a inauguração da ETA (Estação de Tratamento de Água) 2 Santo Ângelo e das obras que levaram água tratada encanada aos bairros do Pós-Anhanguera, em fevereiro de 2023, garantiram a Nova Odessa a universalização do serviço.

Apenas na instalação da rede de abastecimen-

to subterrânea do Pós-Anhanguera, a Coden investiu R\$ 3,5 milhões. As ligações não tiveram custo para os cerca de 470 proprietários de chácaras do bairro. A obra incluiu um novo reservatório metálico de 700 metros cúbicos, 2,5 mil metros de adutora, 11 mil metros de rede e os hidrômetros em 470 lotes.

O prefeito testemunhou a alegria dos moradores dos bairros de chácaras Recreio Represa, Las Palmas e Acapulco, quando, eles receberam pela primeira vez a água encanada nas torneiras de suas casas, após uma luta de mais de 30 anos de espera. "Foi emocionante", resumiu Leitinho. | Da Redação

Cidade é referência em tratamento de esgoto na bacia do Quilombo

Nova Odessa é considerada também referência em tratamento de esgoto. Atualmente, 96% da população é atendida por uma rede coletora com mais de 279 km de extensão, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Quilombo. É o maior percentual dentre

todas as cidades da bacia do Ribeirão Quilombo.

Inaugurada no final de 2012 e ampliada posteriormente, a ETE Quilombo opera com 4 reatores Biopaq Ubox, de tecnologia holandesa, para o tratamento de até 110 litros de resíduos por segundo, resultando numa capacidade para atender 80

mil habitantes -número superior à população de Nova Odessa, de 62 mil pessoas.

E o percentual de coleta e tratamento de esgoto apontado no Censo do IBGE para a cidade vai aumentar em breve: no final de 2023, a Coden concluiu a implantação de rede coletora de esgoto na Estrada Municipal Eduardo Karklis, num trecho remanescente entre a avenida Rodolfo Kivitz e a subestação de energia da CPFL.

Custeadas com recursos próprios da Coden na ordem de R\$ 95 mil, as obras incluíram o assentamento de 550 metros lineares de tubos de PVC de 150 milímetros de diâmetro, mais 14 ligações de esgoto para os imóveis situados na região beneficiada. A obra era uma antiga reivindicação dos moradores das chácaras que ficam à frente da avenida Eduardo Karklis e que, até então, dependiam de fossas sépticas.

E recentemente a Coden anunciou a construção de

uma Estação Elevatória de Esgoto no bairro de chácaras Bosque dos Eucaliptos, com capacidade de coleta de até 46,8 metros cúbicos de resíduos sólidos por hora. A nova Elevatória atende a uma reivindicação antiga de aproximadamente 300 moradores, de 61 chácaras.

| Da Redação



FAICI 2024 divulga programação de shows e muitas outras novidades

Nesta terça-feira (27), a Comissão Organizadora da FAICI 2024, juntamente com autoridades da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, reuniu a imprensa de Indaiatuba e de toda a região no Auditório da Prefeitura Municipal para divulgar a programação de shows e uma série de novidades de uma das maiores fes-

tas de rodeio do Estado de São Paulo que neste ano vai acontecer entre os dias 02 e 10 de agosto.

"Chegamos em mais uma edição histórica da FAICI. Conseguimos reunir na grade de shows, os melhores artistas da atuali-

dade. Temos também muitas novidades neste ano, como o Banco de Empregos, as competições

da PBR, além do Passaporte FAICI, que pela primeira vez está à venda pela internet. Serão seis dias de festa que ficarão marcado na história de Indaiatuba", garante José Marques Barbosa, presidente da FAICI.

A abertura da 35ª edição da festa, dia 02 de agosto, têm os shows de Bruno & Marrone e Léo & Raphael. No dia 03 de agosto, é a vez da cantora Simone Mendes e da dupla Guilherme & Benuto comandarem a galera presente. Para encerrar o primeiro final de semana, no dia 04 de agosto, o grande fe-

nômeno do momento da música sertaneja, a "Boiadeira" Ana Castela se apresenta.

A segunda semana da FAICI começa no dia 08 de agosto, com os shows de Luan Santana, Renan Teixeira e Nathan Alves. Dia 09 de agosto, uma atração surpresa será divulgada em breve. E, para fechar o evento com chave de ouro, no dia 10 de agosto, os shows ficam por conta de Jorge & Mateus e Pedro Sampaio.

INGRESSOS

Para aproveitar os primeiros lotes de ingressos, basta acessar a página da Fantickets. Em breve, serão anunciados os primeiros pontos de venda físicos. Já estão disponíveis ingressos para os camarotes Infinity Prime e Super Premium, para a Pista e também o Passaporte FAICI, que pela primeira vez está à venda pela internet.

O Passaporte FAICI dá acesso aos seis dias de evento no setor Pista por um preço muito especial. A compra pode ser parcelada em até dez vezes no cartão de crédito e acontece exclusivamente pela internet em https://bio.link/faici2024 ou então pelo site www.faici.com.

ESPORTE

As competições serão organizadas pela Liga Nacional de Rodeios e pela Ekip Rozeta. A PBR (Professional Bull Riders), empresa norte-americana que promove competições internacionais de Montaria em Touros vai marcar presença na segunda semana da FAICI. Valendo vaga para a final da Festa do Peão de Barretos, a etapa de Indaiatuba vai valer pela semifinal e promete reunir grandes competidores nacionais. A tradicional prova dos três tambores também é uma das atrações da festa.

PALCO CULTURAL Denois do grande

Depois do grande sucesso que foi o palco 360 graus instalado no meio da Praça de Alimentação da festa, ano passado, o "Palco Cultural" vai seguir nesta edição. Durante todos os dias da festa vários artistas da região estarão se apresentando levando alegria e boa música para o público. Vale lembrar, que em cada edição, a FAICI gera mais de dois mil empregos direto e indiretamente.

BANCO DE EMPREGO

Confirmando o compromisso e responsabilidade social com a população de Indaiatuba, a FAICI lançou o programa "Banco de Emprego" para moradores do município e região que queiram trabalhar durante o evento. Quem tiver interesse pode enviar o currículo no e-mail trabalheconosco@faici.com.

CONCURSO DA RAINHA

As inscrições para o concurso da Rainha FAICI 2024 estarão abertas no site oficial (www.faici.com) da FAICI, a partir do dia 05 de março. Podem participar candidatas nascidas na cidade de Indaiatuba e região que tenham entre 18 e 35 anos. Para a corte deste ano, serão eleitas a Rainha FAICI, Princesa, Madrinha, Miss Simpatia e Garota Rodeio.



DOMINGO 03 DE MARÇO DE 2024

CIDADES



Obras das Chácaras Reunidas entram na fase final em Nova Odessa

→ LEIA MAIS NA PÁGINA **12**

Hortolândia avança em segurança alimentar e obtém recursos federais

Uma das sete cidades paulistas a receber verbas do Governo Federal para aquisição de alimentos da agricultura familiar, município pretende ingressar agora no SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)

Da Redação • HORTOLÂNDIA tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Hortolândia acaba de dar mais um importante passo com vistas à adesão do município ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional): a criação da CAI-SAN (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional), cuja reunião de posse aconteceu nesta semana, na sala de reuniões do Paço Municipal "Palácio das Águas", no Remanso Campineiro. O encontro contou com a presença do prefeito José Nazareno Zezé Gomes e de representantes das sete secretarias integrantes - Educação, Ciência e Tecnologia; Saúde; Inclusão e Desenvolvimento Social; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Governo, Assuntos Jurídicos e Finanças, conforme prevê o Decreto Municipal 5354.

Durante a reunião, os recém-empossados membros da CAISAN foram informados de que Hortolândia receberá cerca de R\$ 209 mil do MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), em dois repasses (um de R\$ 183.806,81 e outro de aproximadamente R\$ 25 mil), para serem usados na com- Secretaria Executiva da destinadas à segurança ali-



cultura familiar, por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PAA Conab. De acordo com a portaria 152, de dezembro de 2023, do MDS, Hortolândia é um dos sete municípios paulistas solicitantes que foram agraciados, junto com Araçatuba, Diadema, Rancharia, São José do Rio Preto, Suzano e Votuporanga. Hortolândia executa o Programa de aquisição de Alimentos junto a agricultores dos Assentamentos de Sumaré, Mogi Mirim e Iperó. Outro informe relevante é o de que o prefeito enviou ofício à pra de alimentos da agri- CAISAN/SP (Câmara In- mentar. A CAISAN passa a CAISAN é fazer o fortaleci- Os desafios são tantos que mou Zezé Gomes.

tersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo), solicitando a adesão do município ao SI-SAN. Junto ao Ofício GP nº 55/2024, apresentava outros três elementos necessários à adesão, bem como o Termo de Compromisso de elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no prazo de até 12 meses a contar da data de assinatura do Termo e Adesão ao Sisan.

"Nosso município conta com um Departamento de Segurança Alimentar. Isso demonstra o compromisso que temos com as políticas ser mais um instrumento de legitimação deste trabalho", ponderou o presidente da Câmara, o secretário de Educação, Ciência e Tecnologia, Fernando Moraes.

Para apresentar aos demais integrantes o perfil e os objetivos da Câmara Intersecretarial, Moraes trouxe para a reunião a diretora do Departamento de Segurança Alimentar, Alessandra Sarto, gestora de importantes políticas públicas de segurança alimentar no âmbito da pasta, tais como a alimentação escolar, o Banco de Alimentos e a Cozinha Escola Comunitária.

mento da política municipal de segurança alimentar. Com essa composição, vamos buscar quais as ações que são desenvolvidas hoje para fazer um compilado dessas ações no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, discutir pontualmente aquelas ações que podem ser feitas em conjunto, até para a otimização dos recursos. Também tem a função de fazer a propositura de novas ações, programas e projetos com a busca do recurso. Dentro do município, as secretarias têm um trabalho riquíssimo, mas mui-

muitas vezes não se consegue olhar na secretaria vizinha e falar que tem uma ação complementar a essa e a gente pode tocar junto. A criação dessa instância visa exatamente isso. Mostra esse amadurecimento, de todas as secretarias entenderem como a gente caminha para a execução de uma política municipal de fato", analisa a diretora.

"Aprimorar as políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição se faz necessário o tempo todo. Aqui, em Hortolândia, nossos esforços para diminuição das desigualdades sociais, que traduzimos com o cuidado oferecido às pessoas, tem uma atenção acentuada para esse setor. As ações vão desde a oferta de uma merenda escolar de qualidade para nossos 27 mil estudantes da Rede municipal até o atendimento de famílias em estado de vulnerabilidade social, por meio dos trabalhos do Banco de Alimentos do Município, em parceria com entidades assistenciais. A criação dessa comissão tem um objetivo inicial que é garantir mais recursos, mas serve, principalmente, para sensibilizar a comunidade para a importância de unir forças e intensificarmos o com-"O primeiro objetivo da tas vezes só para dentro. bate contra a fome", afir-

Direito Médico e da Saúde

Lanna Vaughan Romano

é advogada sócia proprietária do Vaughan, Bradley & Vulcani advocacia, p ós-graduada em direito da farmácia e do medicamento, direito médico, direito penal econômico e europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-Portugal, Direito público pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

e-mail: lannaromano@hotmail.com End.: Rua Dom Barreto, 1.380, Centro, Sumaré/SP | Fone: (19) 2216-2005

O "Erro Médico" e a "Perda de uma Chance": como identificar

Muitas pessoas tem procurado escritórios de advocacia com suspeitas de "Erro Médico", ocorre que nem sempre temos a exata ciência do que é o "erro médico" de como saber da sua ocorrência, como identificar e as possíveis consequências.

Dessa forma é mais do que necessário ressaltar que não cabe ao advogado determinar a ocorrência ou não de "erro médico" e principalmente não cabe ao profissional do direito dizer se trata ou não de causa ganha, até mesmo porque quem julga o processo não é o advogado, mas o magistrado.

Vamos tentar demonstrar através de um caso prático, um sujeito "A" (idoso) se dirige ao hospital "X" após uma queda e fratura de fêmur. O Hospital "X" verifica a necessidade de cirurgia do fêmur e a realiza por meio de profissional médico habilitado devidamente inscrito em seu órgão de classe. Ocorre que após a alta médica (essa podendo ser prematura ou não em acordo a literatura médica) o paciente "A" já em sua casa inicia um processo de desconforto, começa a passar mal com vômitos e muitas dores, é levado novamente ao mesmo hospital A. Nesse momento ao dar entrada na entidade hospitalar, por uma infelicidade o hospital se encontra lotado sem leitos de UTI, esse paciente após horas e mais horas aguardando e recebendo apenas e tão somente atendimento na enfermagem com os primeiros socorros sem ser levado à UTI devido também a uma falta de constatação de gravidade até pela lotação do local, acaba por ter ser quadro clinico agravado e quando consegue então uma vaga na UTI já se faz necessária a entubação e verifica a ocorrência de bronco aspiração e uma mancha em seu pulmão deixando então os profissionais médicos em alerta.

O paciente "A" permanece por 30 (dias) dias na UTI e vem a óbito, o que gera a dúvida na família acerca da ocorrência ou não de um "erro médico".

Como uma profissional do direito poderia se manifestar nessa situação? A primeira questão a ser levantada é no sentido de que esse profissional não pode dizer se houve ou não o "erro médico" questionado porque não é formado em medicina e, portanto, não está apto a questionar uma conduta médica, mas pode consultar a figura do perito médico para tanto.

Agora o mais interessante nesse caso é a "demora" em perceber a gravidade da situação e as horas perdidas sem um atendimento de urgência e emergência, assim podemos entender que se o paciente ao dar entrada no hospital necessitava de um atendimento de UTI e não o teve, tal ocorrência pode sim ter levado a uma piora do quadro o que pode também ter sido o fator responsável pelo resultado final em óbito. Essa situação na justiça é chamada de perda de uma chance, assim inobstante se considerar nesse momento o "erro médico" e o auxilio de um perito, o advogado pode mover um processo contra o hospital pela figura da perda de uma chance.

A figura da perda de uma chance surgiu através de uma teoria na França e passou--se a ser utilizada a principio na Europa, após foi difundida através da globalização para os demais países incluindo o Brasil. Não se pode afirmar que se o paciente "A", idoso tivesse recebido todo o tratamento necessário na hora correta teria um resultado diverso, mas é possível constatar que a "demora", as horas sem o atendimento adequado levaram a uma piora considerável que poderia ter sido evitada e dessa maneira poderia também ter um resultado diferenciado, isso porque quando se trata de vida de saúde é de conhecimento geral que o tempo muitas vezes é a diferença entre a vida e a morte.

Portanto, podemos entender que a teoria da perda da chance ou perda de uma chance, adotada em responsabilidade civil, considera que aquele que, intencionalmente ou não, retira de outra pessoa a oportunidade de um dado benefício.

De acordo com o ministro Mauro Campbell Marques, a perda de uma chance implica um novo critério de mensuração do dano causado, já que o objeto da reparação é a perda da possibilidade de obter um ganho como provável, sendo necessário fazer a distinção entre o resultado perdido e a possibilidade de consegui-lo (REsp 1.308.719).

Após a explicação do caso, é devido retornar ao "erro médico" que é quando o profissional de saúde presta serviço defeituoso e em decorrência desse defeito gera um dano ao paciente, sendo necessário destacar que embora a obrigação do médico seja de meio e não de resultado, quando este profissional deixa de agir com zelo, prudência ou perícia comete um ato ilícito.

A erros grosseiros como por exemplo esquecimento de gases no paciente durante um procedimento cirúrgico não se vislumbra a necessidade do profissional do direito buscar o auxilio de um perito técnico para determinar a ocorrência antes de mover o judiciário, mas em um caso em que o paciente vem a óbito após apresentar crises convulsivas depois da administração de plasil em dose adequada não há como dizer e saber os motivos que levaram ao óbito o paciente sem uma analise mais profunda de um perito que tem o entendimento da medicina.

Existem ainda situações em que o resultado não é satisfatório para o paciente, mas que não se está diante de erro médico. O resultado adverso, por exemplo, não decorre da má prática médica. Ele acontece quando o profissional, apesar de ter empregado todos os recursos adequados, obtém resultado diferente do pretendido.

Esteja atento aos seus direitos e na dúvida procure por um profissional especializado na área de Direito Médico e as Saúde.





Júlio José Campigli

Cronista do Pró-Memória de Sumaré, ex-secretário de Educação Municipal de Sumaré e professor universitário aposentado

Brasil de 1964 a 1985 foi governado por militares após o chamado GOLPE MILITAR de 1964, iniciando a DITADURA MI-LITAR, terminada em 1985, após 21 anos de duração.

Com o início desta Ditadura os militares fizeram um ACORDO com o governo dos EUA. Do lado brasileiro estava o MEC (Ministério da Educação) e do lado norte-americano estava o USAID (UNI-TED STATES AGENCY IN-TERNACIONAL DEVELOP-MENT - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Foi negociado secretamente entre os dois governos a partir de 1964, mas em novembro de 1966 este Acordo tornou-se público após intensa pressão política e popular.

Este Acordo tinha como objetivo reformar o ensino brasileiro tendo por base os padrões que os EUA impunham ao Brasil através da contratação de assessoramento norte-americano com os técnicos dos EUA para a reforma da educação pública brasileira em todos os níveis de ensino: fundamental, médio e superior e a OBRI-GATORIEDADE do ensino de Língua Inglesa nas escolas brasileiras em todos os níveis de ensino.

As universidades brasileiras (federal e estadual), os líderes estudantis, professores de todos os níveis de ensino, classe política e popular discordaram daquilo que foi considerado uma ingerência de um país estrangeiro nos assuntos educacionais brasileiros.

Surgiram movimentos reivindicatórios de entidades e universidades brasileiras como passeatas, greves, que foram severamente reprimidos e as organizações estudantis foram postas em clandestinidade, tal como a UNE, UBES e outras.

Em 1967 foi aprovada a famosa Lei Suplicy, que vedava os órgãos de representação estudantil de qualquer ação, manifesto, de propaganda de caráter político partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou

Acordo MEC-USAID na educação brasileira



apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares. A inobservância dessa norma acarretou a dissolução dos Diretórios Acadêmicos ou Diretório Central dos Estudantes.

Também proibia a matrícula de alunos reprovados nos estabelecimentos de ensino superior por mais de uma vez, isto é, o aluno poderia ficar reprovado em apenas um ano e, se fosse reprovado em um outro ano, seria jubilado. Também seria reprovado o aluno que não comparecesse ao mínimo Lei 5.540/68 cada faculdade de 180 dias de trabalho escolar, como também os professores que faltassem a mais de 25% das aulas ou que não ministrassem ¾ do programa de sua respectiva matéria. Esses professores seriam suspensos temporariamente de suas funções e privado de seus vencimentos.

Esta repressão tornou-se mais intensa com a entrada em vigor dos Atos Institucionais (AI), notadamente do AI-5.

Em 1968 o governo militar criou um grupo de estudos encarregado de trabalhar uma reforma mais abrasileirada. Assim, surgiu a Lei 5.540/68.

A Lei 5.540/68 fixou normas de organização do ensino superior e suas articulações com a escola média. Iniciou assim, a Reforma Universitária que propunha investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras, sobretudo a pós-graduação (Mestrado e Doutorado), com o propósito de impulsionar a economia e desenvolvimento do país, voltada para atender às necessidades da economia, sempre inspirada no modelo norte-americano e seguindo os padrões por ele estabelecidos.

A Lei 5.540/68 criou os Departamentos, extinguiu as cátedras (isto é, não mais existia mais o professor catedrático) e institucionalizou as pesquisas (essa com um mínimo de ajuda financeira aos estudantes).

Antes da promulgação da realizava seu vestibular, através de uma prova de redação, como também provas escritas e provas orais, onde o aluno tinha que tirar nota mínima de 4,0 para ser aprovado naquela prova e deveria ter uma média global de, no mínimo, 5,0 para obter sua provação no vestibular.

Após essa Lei, as universidades e faculdades passaram a realizar uma só prova para os alunos, contando uma redação e questões de múltipla escolha. Daí surgiram os vestibulares da FUVEST, UNICAMP e posteriormente o ENEM.

LEI 5.692/71

Em 1971 foi promulgada a Lei 5.692/71 que reorganizou todo o ensino fundamental e médio.

Antes dessa Lei, existiam os Grupos Escolares (com 4 e alguns com 5 anos de duração) e os Ginásios (com 04 anos de duração). O aluno que concluía o Grupo Escolar precisava ser aprovado no Exame de Admissão para ingressar no Ginásio e futuramente, teria que ser aprovado no Exame de Vestibulinho para ingressar no Colegial.

Assim, a **Lei 5.692/71** uniu o Grupo Escolar ao Ginásio formando a ESCOLA DE 1º GRAU (famosa EEPG), com 8 séries de duração: de 1ª a 8^a séries, terminando assim o Exame de Admissão.

O Colegial era formado pelos cursos de: científico, clássico e normal. Teve a união do curso científico com o clássico formando a ESCO-LA DE 2º GRAU. O Normal continuou com a formação de professores primários.

A Lei 5.692/71 reformulou o currículo das escolas de 1º Grau (EEPG) retirando disciplinas consideradas obsoletas, tais como: Latim, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Francês, Filosofia e Sociologia. No regime anterior à Lei 5692/71, existia no Ginásio duas disciplinas de História (História Geral e História do Brasil), como também duas disciplinas de Geografia (Geografia Geral e Geografia do Brasil). Essas disciplinas tiveram reduzidas suas cargas horárias, ficando apenas uma disciplina de História e uma disciplina de Geografia, apenas na 7ª e na 8ª séries da EEPG e na 1ª e 2ª série da EESG, não existindo mais História e Geografia nas 5^a e 6^a séries da EEPG e na 3ª série da EESG.

A disciplina Língua Inglesa foi obrigatoriamente introduzida no currículo das escolas de 1º e 2º Graus.

NOVAS DISCIPLINAS

Foi introduzida nas 5ª e 6ª séries a disciplina de ESTU-DOS SOCIAIS, como também, na 6ª série a disciplina de Educação Moral e Cívica , na 8ª série da EEPG a disciplina de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e também na 3ª série da EESG. Essas disciplinas foram extintas com a entrada em vigor da nova LDB Lei 9394/96.

As Faculdades e Universidades formaram a ESCO-LA DE 3º GRAU, com a introdução de uma nova disciplina: que foi o ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB), existente até a entrada em vigor da nova LDB (Lei 9394/96) que o extinguiu.

Nos antigos Grupos Escolares, no final do ano, o aluno recebia um Boletim Escolar com notas de Português, Matemática e Comportamento. Essa nota de Comportamento também foi extinta.

A Lei 5.692/71 introduziu novas exigências para a formação de professores, introduzindo a Licenciatura Curta e a Licenciatura Plena. As disciplinas que exigiam Licenciatura Curta foram: Ciências, Educação Artística, Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais.

Esse Tipo de Licenciatura Curta existiu até a entrada em vigor da nova LDB - Lei 9394/96, que extinguiu esse tipo de Licenciatura Curta. Os professores nela formados foi-lhes dado um prazo de 03 anos para se habilitarem em

uma disciplina de Licenciatura Plena na área, tal como: os habilitados em Ciências tiveram que fazer: Matemática, Física, Química ou Biologia de Licenciatura Plena na sua área de atuação.

Os de Estudos Sociais tiveram de fazer curso de História ou de Geografia. Os formados em Educação Artística tiveram de fazer em curso de Artes ou Desenho Geométrico. Algumas Faculdades tinham curso de Pedagogia com Licenciatura Curta, onde os alunos tiveram de voltar para completar a Licenciatura Plena. Educação Moral e Cívica e OSPB foram extintos pela nova LDB=Lei 9394/96.

Atualmente só existem cursos de Licenciatura Plena desde a entrada em vigor da nova LDB - Lei9394/96.

O **Curso Normal** para formação de professores primários existiu até a entrada em vigor da Lei 9394/96 (20/12/1996), quando foi extinto e os professores para atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano) obrigatoriamente deverão cursar o curso de Pedagogia.

CONSEQUÊNCIAS: Essas Reformas trouxeram partes positivas e negativas. A parte positiva foi o aumento de duração do ensino fundamental, obrigatório e gratuito nas escolas públicas.

Outra parte positiva foi a introdução do Ensino Supletivo (atualmente: Educação de Jovens e Adultos), visando dar nova oportunidade de estudo aos jovens e adultos que não cursaram na idade própria.

Já a parte negativa foi que os governantes da Ditadura Militar, bem como os Deputados e governadores biônicos (nomeados pelo presidente militar da República) não valorizaram o salário dos professores e profissionais da educação, achatando os salários. Isto tem consequências até dias atuais, tais como a falta de professores, (como: o Geografia, Física, Química, Biologia, Artes...) pelo baixo salário, o que não tem despertado interesse dos jovens para cursar as Faculdades de Licenciatura, acarretando pequeno número de estudantes em cursos superiores nessas áreas de estudo. Atualmente já está faltando professores em diversas áreas de atuação docente.

Também na parte de pesquisa não teve atenção, por falta de amparo, e muitos pesquisadores foram contratados por universidades e centros de pesquisa em outros países, como EUA, França, Inglaterra, Alemanha.

As escolas particulares e das redes estadual e municipal de ensino de Sumaré funcionam atualmente dentro desses parâmetros apresentados.

150 Anos de **Marcelo Pedroni**

É com grande entusiasmo que convidamos o leitor a se unir à Família Pedroni, neste evento especial. É uma homenagem ao seu ancestral, conhecido como "Pai da Água" de Sumaré. Sua presença tornará esta homenagem ainda mais especial. Telefone - WatsApp 19-98918-1410.



ESCOLA DO JARDIM SÃO FRANCISCO



Solenidade de inauguração da Escola do Jardim São Francisco, em 1969. Estas quatro pessoas estiveram presentes no evento: Antônio Gigo, Irineu Osmar Viel, Olívio Vedovato e Sebastião Rocha. O bairro faz parte da chamada Região Cura.

DIA DO TRABALHO



1º. de Maio de 1976. O dia do Trabalho é comemorado em Sumaré, entre outras coisas, com competições esportivas nos dois clubes da cidade (Recreativo e União Cultural). Nesta foto, o professor Leovigildo Duarte Jr. entrega um prêmio ao atleta José Carlos Lovaglio, da empresa Eletrometal Aços Finos S.A.. No lado direito, o jogador Alcir Mengue.

INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA DE SUMARÉ



O atual prédio da Câmara Municipal de Sumaré foi inaugurado no dia 26 de julho de 1968, ano em que se comemorava o Centenário de Sumaré. Dionísio Kalvon, presidente do Legislativo, desata a fita simbólica, juntamente com o Deputado Felício Castellani. Atrás deles aparecem, da esquerda para a direita: João Smânio Franceschini, Geraldo Barijan, José Lins Phenis, Clóvis Nogueira, Carlos França e Zilda França.

SOLENIDADE PÚBLICA



Solenidade pública da Prefeitura Municipal, no palanque armado na rua Antônio do Valle Mello. Foi no mandato do Prefeito João Smânio Franceschini (1967-1969), que está no centro da fotografia. Ao seu lado, reconhecemos as seguintes pessoas: Batista Sgobin, Amador Menuzzo (Dodô) e Padre José Giordano.

ORQUESTRA SINFÔNICA MUNICIPAL DE CAMPINAS



A Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas fez uma apresentação na Igreja Matriz de Santana, sob a regência do maestro Benito Juarez. Isso aconteceu no ano de 1968, quando a cidade comemorava o seu centenário de fundação. No registro, o grande público que compareceu ao evento.

TITULOS HONORÍFICOS



Solenidade de entrega de títulos de Cidadão Sumareense a diversas personalidades locais e regionais, na Câmara Municipal de Sumaré. Foi na presidência de Alvino Albanezzi, em 1979. Vemos, na foto, as seguintes personalidades, da esquerda para a direita: Alvino Albanezzi, Nelson Alexandre, Leandro Franceschini, Benedito Sampaio, José Miranda, Adauto João Campo Dall'Orto e Francisco Amaral.

Tribuna Liberal



DOMINGO 03 DE MARÇO DE 2024



Lula comemora alta de 2,9% do PIB

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou as redes sociais para comentar o resultado positivo do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no ano passado. A economia brasileira cresceu 2,9% em 2023, impulsionada pelo resultado recorde da agropecuária, segundo dados divulgados nesta nesta sexta-feira (1º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Obras das Chácaras Anhanguera entram na fase final em Nova Odessa

Cerca de 10.427 metros quadrados de asfalto novo são implantados e rede de galerias de águas pluviais; investimento ultrapassa o valor de R\$ 3 milhões

Da Redação ● NOVA ODESSA tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito Cláudio Schooder, o Leitinho (PSD), vistoriou recentemente a etapa final das obras de pavimentação asfáltica e instalação de sistema de drenagem (galerias) do loteamento Chácaras Reunidas Anhangueras, iniciadas no ano passado. As vias internas do bairro industrial já estão recebendo a "capa" asfáltica, ou seja, a cama superior do novo pavimento - o que deve terminar já nesta próxima semana. Em seguida, será feita a pintura da sinalização de solo do novo asfalto.

Estão sendo implantados 10.427,37 metros quadrados de asfalto novo, incluindo rede de galerias de águas pluviais, num investimento municipal de R\$ 3.128.119,63. A empresa vencedora da licitação foi a BRB Construtora Ltda. No total, são três camadas, com 11 centímetros de espessura somada - garantindo a qualidade do novo pavimento mesmo sob o peso dos caminhões que trafegam diariamente no local.

"Com essas obras, estamos resolvendo uma luta de mais de 30 anos dos empresários deste impor-Nova Odessa, que responde por 32% do valor adicionado ao ICMS pela economia da cidade. Assim, além e as empresas aqui, os emsuas atividades, trazendo mais empregos e renda para nossa população", lemsecretária de Obras, Miriam Lara Netto, do seu adjunto, nheira Sabrina Rodrigues.

A obra contempla as seguintes vias: Estrada Municipal Novo 258 Vasconcelos, Estrada Francisco de Paula Martins, Rua Waldemar Santinato e "Estrada 03" a totalidade da porção novaodessense do loteamento,

das pela melhoria incluem

tante distrito industrial de de mantermos os empregos presários podem expandir brou o prefeito ao lado da Gustavo Valente, e da enge-

Moto Clube. que faz divisa com Sumaré.

Algumas das empresas de Nova Odessa beneficia-



a Sudeste Pré-Fabricados, Huehoco ACP do Brasil, Tracbel, Lamberti Produtos Químicos, BTS, Unicap Pneus, T&E Adesivos, SIB Soluções Industriais e a sede dos Capitães d'Areia

"Temos muitas dificuldades aqui de acesso, para chegar mercadoria, para chegarem os funcionários. O principal é o asfalto. Isso aqui é um marco para mim, com certeza vai melhorar

muito, não tenho palavras para agradecer o prefeito", afirmou o empresário Divanir Casagrande, diretor da Sudeste, no ato de lancamento das obras.

"É uma grande conquista para nós, empresários aqui da região. Prefeito, pode ter certeza absoluta de que, com o asfalto, isso aqui vai triplicar de empresas. Porque o pó aqui é insustentável, desanima possível ter uma fábrica de alta tecnologia aqui. Então essa obra para nós é de suma importância do ponto de vista prático. Vocês atenderam uma reivindicação que era de todos", completou na ocasião Eduardo Alfredo Attui, diretor financeiro da empresa Huehoco.

JOAO THIENNE

A Prefeitura também fi-- tanto que pensamos em nalizou recentemente a

mudar daqui porque é im- instalação de rede de galerias de águas pluviais (drenagem) e pavimentação do trecho final da Rua João Thienne, na Vila Azenha, onde estão instaladas diversas empresas. O investimento em 1.850 metros quadrados de asfalto novo foi de R\$ 351,2 mil, viabilizado em parte através de uma emenda de R\$ 180 mil ao orçamento do Estado destinada pelo deputado Alex de Madureira.

Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Motoristas de app terão contribuição ao INSS descontada pela empresa

O Governo Federal planeja encaminhar, com urgência, ao Congresso Nacional, amanhã, segunda-feira (4), um Projeto de Lei Complementar que visa regulamentar os serviços prestados por motoristas de aplicativos em plataformas como Uber e 99.

A proposta, fruto de um acordo entre as empresas e o Governo, excluiu, por falta de consenso, os motociclistas e entregadores.

Com a implementação da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os motoristas de aplicativos poderão usufruir de benefícios previdenciários, incluindo aposentadoria por idade, pensão por morte, benefício por incapacidade e auxílio-acidente.

COMPREENDA O CENÁRIO DOS MOTORISTAS DE APP

O Projeto de Lei Complementar que estabelece a regulamentação dos serviços prestados por motoristas de aplicativos será submetido ao Congresso Nacional pelo Governo Federal na próxima segunda--feira, em regime de urgência, nove meses após a criação de Grupos de Trabalho (GTs) pelo governo.

Conforme o texto, os motoristas permanecerão classificados como autônomos, sem estabelecer vínculo exclusivo com as empresas, contudo, haverá a instituição de uma contribuição obrigatória para a Previdência Social tanto por parte dos motoristas quanto das plataformas, com o desconto realizado na fonte e a coleta conduzida pelas empresas.

O Projeto também estipula um piso por hora rodada para esses profissionais.

QUAL SERÁ A REMUNERAÇÃO MÍNIMA PARA ESSES TRABALHADORES?

O valor do piso por hora rodada para os motoristas de aplicativo está fixado em R\$ 8,02, com as empresas arcando com uma alíquota de 20% destinada ao INSS; os motoristas complementarão com 7,5%.

Além disso, serão estabelecidas regras específicas para cada modalidade de motorista cadastrado nas plataformas.

Segundo informações divulgadas pelo O Globo, a regulamentação propõe o recolhimento de 7,5% por parte dos trabalhadores para a Previdência, enquanto as empresas contribuirão com 20%.

Esses percentuais incidirão sobre 25% do valor repassado pelos aplicativos aos motoristas, refletindo no rendimento efetivo dos profissionais.

A contribuição ao INSS será calculada com base no salário-mínimo de R\$ 1.412 em 2024, sem, no entanto, implicar um vínculo formal de trabalho.

Cabe às plataformas efetuarem o desconto das contribuições dos motoristas e realizar o recolhimento para a Previdên-

Continue acompanhando esta e outras notícias em nossa coluna semanal "Tribuna Legal", o seu portal de informações sobre o Direito Previdenciário. Desejamos a todos um excelente domingo.

NOVA DATA EM HORTOLÂNDIA

Cadastro habitacional pode ser realizado até o final de junho



Da Redação ● HORTOLÂNDIA tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia continua com inscrições abertas para o cadastro habitacional, destinado aos futuros empreendimentos populares que serão construídos no município. O cadastro pode ser efetuado no site Fácil Hortolândia.

O prazo para o cadastro se encerra em 30 de junho de 2024, e os interessados receberão notificações via SMS e e-mail.

Hortolândia recentemente conquistou 400 unidades habitacionais pelo programa "Minha Ca-

sa, Minha Vida" do governo federal. A renda máxima permitida para concorrer uma destas unidades é de R\$2.640,00, e a seleção dos contemplados será feita por sorteio. A Secretaria informa que o cadastro é válido também para futuros empreendimentos habitacionais com diferentes faixas de renda.

A Secretaria de Habitação destaca que o cadastro é exclusivamente online, contando com o apoio dos CRASs (Centros de Referência em Assistência Social) para auxiliar aqueles com dificuldades.

As 400 unidades serão parte de dois condomínios na região do Jardim Amanda, com previsão de início das obras em dezembro, conforme informações da Secretaria de Habitação.

A Secretaria de Habitação salienta ainda que cadastros realizados em períodos anteriores estão cancelados e que o novo cadastro terá que ser atualizado a cada dois anos, ou quando houver alguma mudança no status ou nas demais informações da pessoa.

Para mais esclarecimentos, a Secretaria de Habitação vai disponibilizar o número de WhatsApp 19-99635-4274 como canal de contato do novo cadastro municipal de habitação.